



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000342712

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0010883-50.2024.8.26.0071, da Comarca de Bauru, em que é agravante GUSTAVO VALENCA CAMAFORTE, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Por votação unânime, DERAM PROVIMENTO ao agravo para reconhecer a hipossuficiência econômica da agravante e declarar extinta a punibilidade em relação à pena de multa**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores VICO MAÑAS (Presidente sem voto), SÉRGIO MAZINA MARTINS E NOGUEIRA NASCIMENTO.

São Paulo, 7 de abril de 2025.

AMABLE LOPEZ SOTO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo em Execução: – Autos nº 0010883-50.2024.8.26.0071

Comarca: Bauru – 1ª Vara das Execuções Criminais

Agravante: Gustavo Valença Camaforte

Agravado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Voto nº 35999

Agravo em execução – Execução da pena de multa – Pedido de extinção da punibilidade indeferido pelo juízo a quo – Novo entendimento do C. STJ – Possibilidade de extinção da punibilidade em caso de hipossuficiência econômica – Condição que se presume quando o reeducando é representado pela Defensoria Pública – Punibilidade extinta – Recurso provido.

GUSTAVO

VALENÇA

CAMAFORTE interpôs recurso o presente agravo nos autos nº 1022919-15.2021.8.26.0071 contra decisão do MM. Juiz de Direito da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de Bauru que indeferiu o pedido de extinção da punibilidade independente do pagamento da multa e o cancelamento da penhora realizada (fls. 53/54).

O agravante busca a reforma da decisão e a extinção de sua punibilidade independentemente do pagamento da pena de multa em virtude de sua hipossuficiência e pelo cancelamento da penhora realizada (fls. 05/08).

Oferecidas as contrarrazões (fls. 59/61) e mantida a decisão recorrida (fl. 71), a d. Procuradoria de Justiça opinou pelo desprovimento (fls. 82/98).

É o relatório.

O recurso **comporta provimento**.

De início, julgo pertinente esclarecer que o tema da extinção da punibilidade quando há pena de multa pendente foi objeto de frequentes proclamações jurisprudenciais dos Tribunais

Superiores nos últimos anos. Após o julgamento da ADI 3150 o Supremo Tribunal Federal fixou entendimento de que a pena de multa, ainda que caracterizada como dívida de valor, mantém seu *status* de sanção criminal, havendo legitimidade prioritária do Ministério Público para sua execução, **independentemente da economicidade da medida prevista na legislação estadual.**

Entretanto, em sede de recursos repetitivos, o C. STJ fixou a tese de que: *Na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária, pelo condenado que comprovar impossibilidade de fazê-lo, não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade* (Tema Repetitivo 931 - Resp 1785383/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 24/11/2021, DJe 30/11/2021).

Eis o teor da ementa que acompanha a referida tese:

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO PENAL. REVISÃO DE TESE. TEMA 931. CUMPRIMENTO DA SANÇÃO CORPORAL. PENDÊNCIA DA PENA DE MULTA. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU DE RESTRITIVA DE DIREITOS SUBSTITUTIVA. INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. COMPREENSÃO FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADI N. 3.150/DF. MANUTENÇÃO DO CARÁTER DE SANÇÃO CRIMINAL DA PENA DE MULTA. PRIMAZIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA EXECUÇÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO ART. 51 DO CÓDIGO PENAL. DISTINGUISHING. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA PENA PECUNIÁRIA PELOS CONDENADOS HIPOSSUFICIENTES. PRINCÍPIO DA INTRASCENDÊNCIA DA PENA. VIOLAÇÃO DE PRECEITOS FUNDAMENTAIS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO PROVIDO. (...)

3. Em decorrência do entendimento firmado pelo STF, bem como em face da mais recente alteração legislativa sofrida pelo artigo 51 do Código Penal, o Superior

Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais Representativos da Controvérsia n. 1.785.383/SP e 1.785.861/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 3ª S., DJe 21/9/2021), reviu a tese anteriormente aventada no Tema n. 931, para assentar que, "na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade".

4. Ainda consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal julgamento da ADI n. 3.150/DF, "em matéria de criminalidade econômica, a pena de multa desempenha um papel proeminente de prevenção específica, prevenção geral e retribuição".

5. Na mesma direção, quando do julgamento do Agravo Regimental na Progressão de Regime na Execução Penal n. 12/DF, a Suprema Corte já havia ressaltado que, "especialmente em matéria de crimes contra a Administração Pública - como também nos crimes de colarinho branco em geral -, a parte verdadeiramente severa da pena, a ser executada com rigor, há de ser a de natureza pecuniária. Esta, sim, tem o poder de funcionar como real fator de prevenção, capaz de inibir a prática de crimes que envolvam apropriação de recursos públicos".

6. Mais ainda, segundo os próprios termos em que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela indispensabilidade do pagamento da sanção pecuniária para o gozo da progressão a regime menos gravoso, "[a] exceção admissível ao dever de pagar a multa é a impossibilidade econômica absoluta de fazê-lo. [...] é possível a progressão se o sentenciado, veraz e comprovadamente, demonstrar sua absoluta insolvabilidade. Absoluta insolvabilidade que o impossibilite até mesmo de efetuar o pagamento parcelado da quantia devida, como autorizado pelo art. 50 do Código Penal" (Rel. Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe-111 divulg. 10/6/2015 public. 11/6/2015).

7. Nota-se o manifesto endereçamento das decisões retrocitadas àqueles condenados que possuam condições econômicas de adimplir a sanção pecuniária, de modo a impedir que o descumprimento da decisão judicial resulte em sensação de impunidade.

8. Oportunamente, mencione-se também o teor da Recomendação n. 425, de 8 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, a qual institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a

Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades, abordando de maneira central a relevância da extinção da punibilidade daqueles a quem remanesce tão-somente o resgate da pena pecuniária, ao estabelecer, em seu art. 29, parágrafo único, que, "[n]o curso da execução criminal, cumprida a pena privativa de liberdade e verificada a situação de rua da pessoa egressa, deve-se observar a possibilidade de extinção da punibilidade da pena de multa".

9. Releva, por seu turno, obter-se que a realidade do País desafia um exame do tema sob outra perspectiva, de sorte a complementar a razão final que inspirou o julgamento da Suprema Corte na ADI 3.150/DF. Segundo dados do Infopen, até dezembro de 2020, 40,91% dos presos no país estavam cumprindo pena pela prática de crimes contra o patrimônio; 29,9%, por tráfico de drogas, seguidos de 15,13% por crimes contra a pessoa, delitos que cominam pena privativa de liberdade concomitantemente com pena de multa.

10. Não se há, outrossim, de desconsiderar que o cenário do sistema carcerário expõe as vísceras das disparidades sócio-econômicas arraigadas na sociedade brasileira, as quais ultrapassam o inegável caráter seletivo do sistema punitivo e se projetam não apenas como mecanismo de aprisionamento físico, mas também de confinamento em sua comunidade, a reduzir, amiúde, o indivíduo desencarcerado ao status de um pária social. **Outra não é a conclusão a que poderia conduzir - relativamente aos condenados em comprovada situação de hipossuficiência econômica - a subordinação da retomada dos seus direitos políticos e de sua consequente reinserção social ao prévio adimplemento da pena de multa.**

11. Conforme salientou a instituição requerente, o quadro atual tem produzido "a sobrepena da pobreza, visto que o egresso miserável e sem condições de trabalho durante o cumprimento da pena (menos de 20% da população prisional trabalha, conforme dados do INFOPEN), aliado dos direitos do art. 25 da LEP, não tem como conseguir os recursos para o pagamento da multa, e ingressa em círculo vicioso de desespero".

12. Ineludível é concluir, portanto, que o condicionamento da extinção da punibilidade, após o cumprimento da pena corporal, ao adimplemento da pena de multa transmuda-se em punição hábil tanto a acentuar a já agravada situação de penúria e de indigência dos apenados

hipossuficientes, quanto a sobreonerar pessoas próximas do condenado, impondo a todo o seu grupo familiar privações decorrentes de sua impossibilitada reabilitação social, o que põe sob risco a implementação da política estatal proteção da família (art. 226 da Carta de 1988).

13. Demais disso, a barreira ao reconhecimento da extinção da punibilidade dos condenados pobres, para além do exame de benefícios executórios como a mencionada progressão de regime, frustra fundamentalmente os fins a que se prestam a imposição e a execução das reprimendas penais, e contradiz a inferência lógica do princípio isonômico (art. 5º, caput da Constituição Federal) segundo a qual desiguais devem ser tratados de forma desigual. Mais ainda, desafia objetivos fundamentais da República, entre os quais o de "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (art. 3º, III).

14. A extinção da punibilidade, quando pendente apenas o adimplemento da pena pecuniária, reclama para si singular relevo na trajetória do egresso de reconquista de sua posição como indivíduo aos olhos do Estado, ou seja, do percurso de reconstrução da existência sob as balizas de um patamar civilizatório mínimo, a permitir outra vez o gozo e o exercício de direitos e garantias fundamentais, cujo panorama atual de interdição os conduz a atingir estágio de desmedida invisibilidade, a qual encontra, em última análise, semelhança à própria inexistência de registro civil.

(...)

(REsp n. 1.785.383/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 24/11/2021, DJe de 30/11/2021.)

À luz do quanto exposto, ainda que referida decisão tenha sido proferida em caso no qual se discutia extinção de punibilidade após o cumprimento da sanção privativa de liberdade cumulada à pena de multa, entendo que os argumentos citados pelo e. Ministro Relator permitem a ampliação da Tese em questão para casos em que se discute, isoladamente, a execução da pena de multa.

Portanto, parece-me que caso o agravante comprove a impossibilidade de cumprimento da sanção pecuniária junto ao juízo da execução penal, deverá ser prontamente declarada extinta a punibilidade em relação à pena de multa.

Ademais, no presente caso, entendo que **se inverte o ônus probatório**, na medida em que o sentenciado é assistido pela Defensoria Pública e foi condenado a pena de multa fixada no valor diário mínimo. Portanto, pode-se **presumir sua hipossuficiência econômica**.

Por certo, trata-se de presunção relativa, de modo que pode o órgão ministerial, legitimado prioritário para propor execução da pena imposta, apresentar prova em sentido diverso. Contudo, referida prova não existe nos autos, de modo que é caso de declarar extinta a punibilidade, em razão de sua hipossuficiência econômica.

Anoto que, em um ordenamento jurídico fundado sobre a égide dignidade da pessoa humana, é impensável que a carência de condições econômicas implique no prolongamento dos efeitos da condenação criminal. Sendo assim, se é impensável referido prolongamento, mostra-se irrazoável e antieconômico para o Estado permitir que se dê início a execução natimorta, apenas para concluir, após toda a movimentação da máquina judiciária, que o apenado não possui condições para pagar a sanção e que, portanto, sua punibilidade deverá ser extinta.

Portanto, de rigor declarar extinta a punibilidade em relação à pena de multa, em razão de sua hipossuficiência econômica.

Por votação unânime, **DERAM PROVIMENTO** ao agravo para reconhecer a hipossuficiência econômica da agravante e declarar extinta a punibilidade em relação à pena de multa.

Amable Lopez Soto
relator